

Nos termos da lei e dos Estatutos, o Conselho Fiscal desta Associação vem submeter à apreciação da Assembleia Geral de Associados o seu parecer sobre o relatório de gestão e contas, elaborado pela Direção, relativamente ao exercício de 2019.

Em 2019, o valor bruto da produção aumentou, o que traduz um acréscimo de rendimentos superior ao acréscimo de consumos intermédios. O incremento do nível de atividade é confirmado por uma maior rotação dos ativos. A margem líquida dos rendimentos gerada pelos serviços prestados baixou para 4,92% (em 2018 era de 6,81%). Em função destes registos, resulta um decréscimo da rendibilidade do ativo, a qual passa a ser de 2,109% (em 2018 era de 2,48%).

A rendibilidade dos capitais próprios (1 382 705,81 €) beneficia de um efeito de alavancagem financeira positivo, o qual permitiu atingir uma taxa de 2,39% (em 2018 fora de 2,88%).

Estamos convictos que as circunstâncias que justificam esta evolução podem estar relacionadas com a implementação do projeto CEPD, o qual, tudo indica, consegue atingir o limiar da rendibilidade.

Regista-se um decréscimo da taxa de solvabilidade, ainda que não represente risco, uma vez que atinge os 141,99%, quando em 2018 era de 158,09%. O nível de endividamento aumentou, passando de 38,75% (em 2018) para 41,32%.

Persiste e agrava-se uma situação de desequilíbrio financeiro, traduzida pela falta de capitais permanentes que financiem o ativo não corrente. Em 2019, a taxa de cobertura foi de 90,83% (em 2018 era de 91,78%). Em resultado desse desequilíbrio deduz-se a necessidade de reforçar o fundo de maneo para evitar alguns constrangimentos ao nível da tesouraria. É de salientar que nos pareceu indicado considerar que os 85.300 euros, relativos a “outros financiadores”, fossem transferidos para o passivo não corrente, o que permite melhorar a liquidez geral.

Apesar de alguma incerteza causada pelo receio dos efeitos do “covid19”, a tendência de mercado mantém-se muito favorável, assim como a imagem reputacional da instituição. Uma estratégia de crescimento baseada no aumento da capacidade instalada poderá beneficiar de margens operacionais atrativas, potenciadas por um acréscimo de produtividade. Recomenda-se a preparação, cuidadosa, de um plano de investimento, acompanhado de um plano de financiamento que tenha em conta a forte possibilidade de haver apoios, conforme tem sido, publicamente, anunciado. Será, porventura, a forma de garantir a sustentabilidade da instituição, reduzindo a dependência de rendimentos extraordinários, como se pode observar nas demonstrações financeiras que analisámos.

Por tudo o que precede, o Conselho fiscal considera que o relatório e Contas de gerência deve ser aprovado.

Oliveira de Azeméis, 27 de março de 2020
O Presidente do Conselho Fiscal